



FUNDO DE COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO

PLANO de ATIVIDADES e ORÇAMENTO

Exercício de 2021

(aprovado em reunião do conselho de gestão de 10 de novembro de 2020)

ENQUADRAMENTO

Os Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto alterada pelo Decreto-Lei nº 210/2015, de 25 de setembro, têm como objetivo garantir aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho tenham sido celebrados após o dia 1 de Outubro de 2013, o pagamento efetivo de pelo menos 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelos empregadores mediante entregas mensais, constituindo uma poupança a que estes se encontram vinculados destinada à cobertura de até 50% do valor da compensação a que tenham direito os trabalhadores abrangidos por este regime.

Os investimentos do FCT são orientados no sentido da preservação do valor nominal das entregas dos empregadores, conjugada com a maximização da relação entre a rentabilidade e o risco. O património do FCT pode ser representado por depósitos bancários, valores mobiliários, instrumentos representativos da dívida de curto prazo e outros ativos de natureza monetária.

A entidade gestora do FCT é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 18º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

CONSELHO DE GESTÃO

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho são:

Instituição	Nome	Representação
Ministério das Finanças	Amilcar Theias	Efetivo
Emprego	Fernando Miguel Catarino José	Efetivo
	Rui Abreu	Suplente
S. Social	Ana Vasques	Efetivo
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira	Efetivo
	Jorge Seabra	Suplente
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais	Efetivo
	Ana Filipa Ferreira	Suplente
Confederação do Turismo Português - CTP	Nuno Bernardo	Efetivo
	Pedro Petrucci de Freitas	Suplente
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa	Efetivo
	Nuno Biscaya	Suplente
CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo
	Fernando Ambrioso	Efetivo
	Fernando Manuel Pires Marques	Suplente
	Catarina Machado Morais de Oliveira	Suplente
UGT	Joaquim José Mendes Dias	Efetivo
	Sérgio Alexandrino do Monte	Efetivo
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente
	Dina Teresa da Conseqüência Botelho Ferreira Carvalho	Suplente

Nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 24º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, compete ao Presidente do Conselho de Gestão a elaboração do plano anual de atividades e do orçamento anual e submetê-los a aprovação do Conselho de Gestão. A alínea b) do artigo 26º do mesmo diploma estipula, ainda, que o plano de atividades e o orçamento devem ser, posteriormente, objeto de parecer do Fiscal Único.

Dando cumprimento ao estipulado na lei, submete-se ao Conselho de Gestão o Plano de Atividades e o Orçamento do FCT para o ano de 2021.

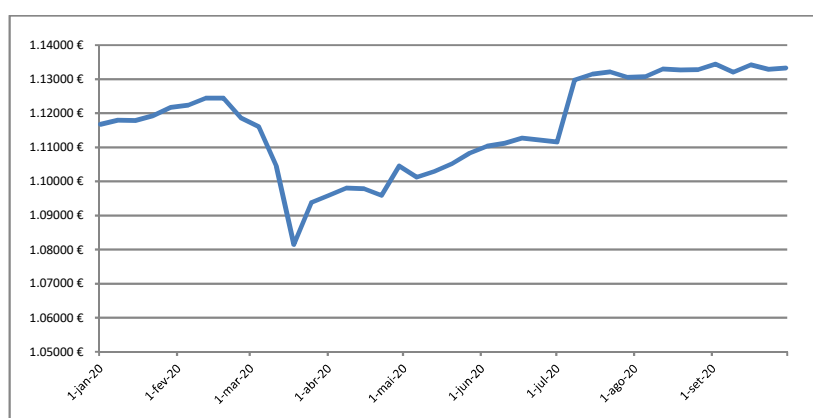
EVOLUÇÃO EM 2020

Em 30 de Setembro de 2020, o Fundo de Compensação do Trabalho recebia contribuições de 232.719 entidades empregadoras, correspondentes a 1.838.338 contratos de trabalho, e o montante sob gestão ascendia a 431.040.154,15€.

Durante os primeiros 9 meses de 2020 foram registados 763.166 contratos e cessaram 709.578 contratos originando um aumento líquido de 53.588 contratos.

No mesmo período, foram pedidos reembolsos relativos a 668.056 contratos num valor total superior a 45 milhões de euros.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do valor das unidades de participação (UP) do FCT desde o início do ano e até 30.09.2020. Durante este período a UP do fundo valorizou 1,48%, desempenho para o qual contribuiu a transferência de saldos do FGCT, no mês de julho, no valor de 5,8 milhões de euros.



O montante total da dívida ao FCT ascendia, no final de setembro, a 33.821.207,25€¹ o que representa 5,4% do total das entregas apuradas desde 2013 (641.404.099€). Este rácio, compara com os 4,9% que se verificavam em agosto de 2019.

Do atual volume de dívidas, mais de 90% têm maturidade superior a 360 dias.

Permanecem os constrangimentos no que diz respeito à recuperação de dívidas, quer de forma voluntária, quer de forma coerciva, não tendo sido ainda implementado o desenvolvimento do módulo de cobrança coerciva previsto para este ano. Tal desenvolvimento implicará alterações há muito reclamadas no que diz respeito ao apuramento da dívida dos empregadores.

¹ A dívida indicada é bruta, verificando-se a existência de créditos dos empregadores sobre o fundo no montante total de cerca de 1,4 milhões de euros.

ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2021

A atividade do FCT tem sido condicionada, desde a sua criação, pelo estádio de desenvolvimento dos sistemas de informação, constrangimentos que consideramos se irão manter. Foi implementado um mecanismo que possibilita aos empregadores a emissão de um documento de pagamento (DP) contendo apenas os valores a pagamento referente ao mês atual. Os efeitos esperados desta implementação na mitigação do escalar da dívida dos empregadores não se materializaram.

Sem prejuízo da dependência de terceiros (II, IP) no que respeita ao desenvolvimento da aplicação informática de suporte aos fundos de compensação, identificam-se as vertentes sobre as quais continuará a incidir especial atenção durante do ano de 2021:

- ✓ Melhorias Operacionais, potenciadoras de uma maior eficácia na gestão diária da operativa do fundo e no interface com os empregadores (funcionalidades específicas como renovação de contratos, alteração da modalidade de contratos e anulação de juros e/ou despesas);
- ✓ Contabilização da Dívida, promovendo a contabilização das dívidas associadas a documentos de pagamento não emitidos e a anulação dos créditos associados a contratos objeto de reembolso, fatores que têm impedido a total automatização da contabilidade;
- ✓ Recuperação de Dívidas, através do desenvolvimento e implementação de mecanismos que permitam estabelecer acordos prestacionais com vista à regularização voluntária das dívidas;
- ✓ Restituição de Valores aos Empregadores, informando os empregadores e criando mecanismos que promovam o reembolso na sequência da cessação dos contratos de trabalho.

O objetivo central da entidade gestora é maximizar a rentabilidade do FCT cujo benchmark, nos termos da política de investimentos aprovada, é constituído pela EONIA, por dívida alemã com maturidade inferior a 10 anos e ações, nas proporções de 46%, 46% e 8%, respetivamente.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, veio reforçar as obrigações de reporte a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) pelo que se prevê, em articulação com o FGCT, a formalização de uma parceria com a ACT, de modo a possibilitar a esta entidade o exercício da atividade fiscalizadora no âmbito dos Fundos.

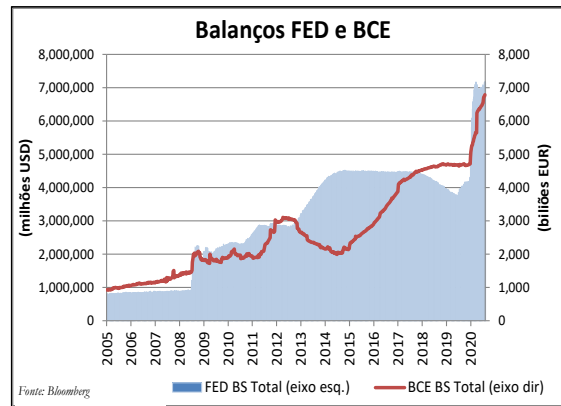
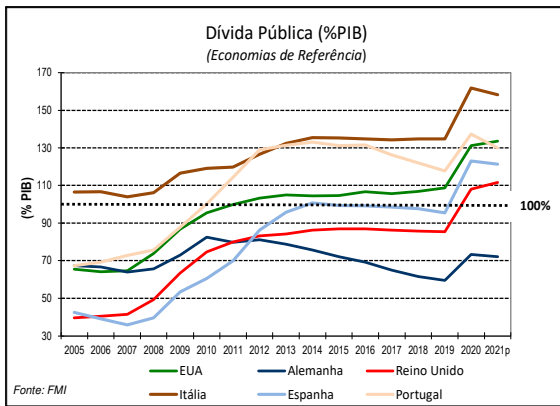
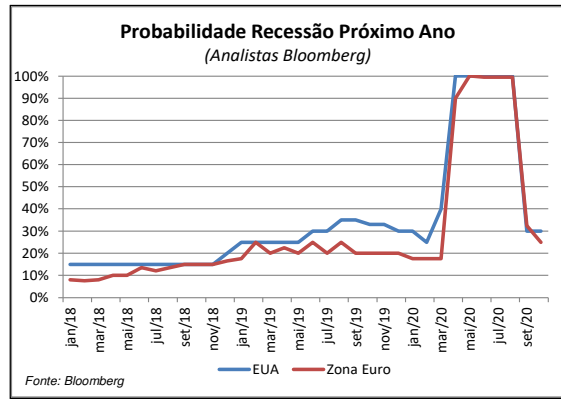
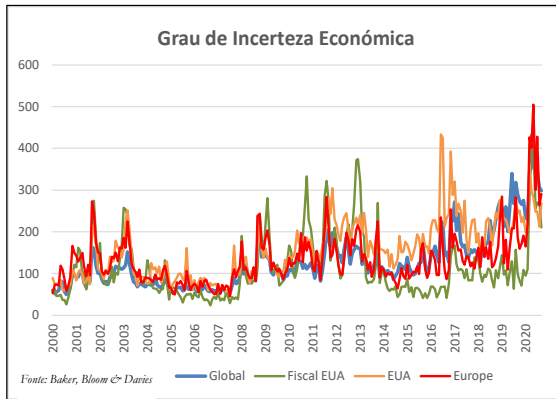
ENQUADRAMENTO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS PARA 2021

Em 2021 o crescimento económico nas economias relevantes não se deve mostrar suficiente para recuperar o nível de produto perdido desde o final de 2019. Os EUA devem expandir 3,7%, menos do que a zona do euro, para a qual se prevê um crescimento de 5,5%, um valor favorecido pela base de partida mais baixa resultante de uma contração mais intensa em 2020. A economia portuguesa não deverá apresentar um comportamento muito distinto do da Zona Euro.

Devem assim persistir hiatos negativos do produto assim como níveis de desemprego elevados. A inflação manter-se-á previsivelmente em níveis inferiores aos observados no período pré-pandemia, admitindo-se que continue a prevalecer, em geral, o efeito negativo de uma procura agregada deprimida, embora com bolsas residuais de pressão em alta sobre os preços resultante da procura idiossincrática associada à pandemia. As consequências desta crise sobre os balanços dos bancos centrais, o endividamento do setor público e privado, a redução do emprego e o aumento do risco de crédito colocam desafios muito significativos ao crescimento das diferentes economias nos próximos anos.

As previsões pressupõem que as medidas de distanciamento social persistam em 2021, sendo aliviadas à medida que se expanda a cobertura das vacinas, cuja descoberta e sucesso são naturalmente esperados, e que terapêuticas eficazes fiquem disponíveis. A incerteza em torno das projeções mantém-se invulgarmente elevada uma vez que estão na dependência de fatores de saúde pública intrinsecamente difíceis de prever.

	Mediana Previsões Bloomberg (Out20)							FMI (Out20)		
	Tx. Cresc. Trimestrais				Tx. Cresc. Anuais			Tx. Cresc. Anuais		
	2020 Q3	2020 Q4	2021 Q1	2021 Q2	2020	2021	2022	2020	2021	2022
ZONA EURO										
PIB (Q/Q)	9.0	2.0	1.0	1.0	-7.9	5.5	2.5	-8.3	5.2	1.4
Tx.Desemprego	8.3	9.1	9.3	9.2	8.2	9.3	8.7	9.6	8.6	-
Tx. Inflação	0.0	-0.1	0.3	0.8	0.3	1.0	1.3	0.4	0.9	1.7
PORTUGAL										
PIB (Q/Q)	8.7	3.1	2.0	1.5	-8.8	5.5	2.4	-10.0	6.5	1.7
Tx.Desemprego	9.3	9.4	9.0	8.4	7.8	8.5	7.4	9.7	7.4	-
Tx. Inflação	-0.1	-0.5	-0.4	0.4	0.0	0.6	1.3	0.0	1.1	1.2
EUA										
PIB Q/Q SAAR	29.9	4.0	3.7	3.6	-4.0	3.7	2.8	-4.3	3.1	1.8
Tx.Desemprego	8.8	7.6	7.2	6.8	8.3	6.7	5.4	8.9	7.3	-
Tx. Inflação	1.2	1.2	1.5	2.6	1.2	1.9	2.0	1.5	2.8	2.2



PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2021

1. O orçamento para 2021, bem como as peças contabilísticas previsionais assentam numa estimativa para os valores finais de 2020. Na elaboração do Balanço e Demonstração de Resultados para 2020 assumiu-se que:

- a) O valor da carteira em 31 de Dezembro de 2020 será igual ao valor da carteira em 30 de setembro, acrescido das entradas líquidas (recebimentos menos pagamentos) previstas até ao fim do ano, admitindo que durante último quadrimestre terão um valor um pouco superior a 8,1 milhões de euros mensais, em linha com a média verificada no quadrimestre anterior.

Recebimentos e Pagamentos em 2020	
Recebimentos	
Entregas	160.420.445,28
Juros	520.394,89
Pagamentos	
Reembolsos	62.105.455,37
Devoluções	915.252,82
Entradas Líquidas	97.920.131,98

- b) Daqui resulta que se estima em 463 milhões de euros o valor da carteira a 31 de dezembro de 2020, admitindo-se uma composição idêntica à existente em 30.09.2020.

Carteira em 31 de Dezembro de 2020		
Dívida Pública	154.601.884,72	33,36%
Ações	38.636.349,40	8,34%
Liquidez	270.229.782,23	58,31%
Total	463.468.016,35	100,00%

2. Na elaboração da demonstração de resultados para o exercício de 2020 incluiu-se o valor de 473.359,53€ referente ao custo das despesas de cobrança (referências multibanco).

3. Na elaboração do orçamento para 2021 assumiu-se que:

- a) **Recebimentos (incluindo juros de mora):** crescerão 10.0% relativamente ao valor de 2020, ascendendo a 177.034.924,19€ (1,1 x 160.940.840,17€)
- b) **Reembolsos e Devoluções:** até 30.09.2020 os reembolsos e devoluções representavam 39% dos recebimentos. Admite-se que tenham um crescimento superior ao dos recebimentos e que passem a representar cerca de 41% dos recebimentos, ascendendo a 72.473.814,42€ (0,409376 x 177.034.924,19€).
- c) **Recebimentos do FGCT (saldos excedentários):** não foram consideradas nas contas previsionais de 2021 quaisquer transferências do FGCT para o FCT referente a saldos

extraordinários, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 45º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.

- d) **Recebimentos líquidos de reembolsos e devoluções:** ascenderão a cerca de 104,5 milhões de euros (177,0 de a) – 72,5 de b)).
- e) **Aumento do valor da carteira no final do ano de 2020** será igual à soma dos valores das alíneas c) e d) com os rendimentos obtidos.
- f) **Rentabilidade da carteira:** a generalidade das previsões para o ano de 2021 consideram que não se verificarão subidas substanciais nas taxas de juro e, conseqüentemente, na rentabilidade dos investimentos em dívida pública. Neste contexto admite-se uma rentabilidade de 1% para a carteira. Aplicando esta taxa ao valor da carteira média teremos um valor ligeiramente superior a 5M€ para os rendimentos de 2021. A carteira média é o valor médio entre a carteira no final de 2020 (463M€) e no final de 2021 (573M€).
- g) **A carteira no final do ano de 2021** terá o valor de 573.186.611,83€
- h) **Composição da carteira:** considera-se uma composição da carteira idêntica à verificada a 30.09.2020.
- i) **Montante da dívida:** o montante em dívida no final de 2021 será a soma do montante no final de 2020 e do montante de nova dívida. Não obstante o histórico a que se fez referência (dívida corresponde em média a 5,4% das entregas), o rácio da dívida nova face ao valor das entregas em 2020 foi de 4% e, atendendo à esperada implementação de mecanismos de cobrança coerciva prevista ainda para 2020, considera-se que a nova dívida representará apenas 3% das entregas apuradas naquele ano, representando, ainda assim, um valor de 5,3 milhões de euros.
- j) **Entregas ao FGCT:** as eventuais entregas ao FGCT para pagamento de indemnizações são equivalentes a um reembolso pelo que não são autonomizadas.
- k) **Custo de gestão:** nos termos do regulamento de gestão, os custos de gestão correspondem à parcela dos custos de funcionamento da entidade gestora (IGFC) que cabem ao FCT, sendo utilizado como ponderador o peso do fundo no montante total de fundos geridos. Estima-se em 40.000 euros o montante destes custos.
- l) **Custos com referências multibanco:** Em 2019 o número de referências multibanco (RMB) pagas aumentou 8%. Estima-se que em 2020 se registre novo aumento, em torno dos 2%, correspondendo a 2,25 milhões de RMB. Nos termos do protocolo celebrado com a banca, o custo de cada referência manter-se-á nos 42 cêntimos. Admite-se para 2021 um crescimento do número de RMB pagas de 2%, representando um custo de 482.826€.
- m) **Os montantes recebidos por incumprimento de entrega** (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) são receita do FCT. Estima-se um valor de 248.685€, igual ao esperado para 2020.

PEÇAS CONTABILÍSTICAS PREVISIONAIS

Apresenta-se abaixo, a demonstração de resultados e o balanço previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento coletivo). Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas, tendo em conta que quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro.

Balanço Previsional – 2020/21		
	2020	2021
ATIVO		
Carteira de Títulos		
Obrigações	154.601.884,72	191.201.393,32
Ações	38.636.349,40	47.782.883,45
	193.238.234,12	238.984.276,77
Terceiros		
Empregadores	34.052.908,00	39.363.955,73
Outros Devedores	1.381.339,25	1.405.339,25
	35.434.247,25	40.769.294,98
Disponibilidades		
Depósitos à Ordem	93.692.987,81	115.873.295,12
Depósitos a Prazo	176.536.794,42	218.329.039,94
	270.229.782,23	334.202.335,06
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Proveitos	1.300.000,00	1.300.000,00
	1.300.000,00	1.300.000,00
Total do Ativo	500.202.263,60	615.255.906,81
CAPITAL e PASSIVO		
Capital		
Unidades de Participação	426.760.525,40	531.193.860,58
Cap. Não Realizado	35.026.948,00	40.337.995,73
Resultados Transitados	21.029.587,16	28.067.184,69
Resultado Líquido do Exercício	7.037.597,53	4.883.678,72
	489.854.658,09	604.482.719,72
Terceiros		
IGFSS (RMB)	823.352,07	1.306.178,79
Empregadores	1.381.339,25	1.405.339,25
Outros Credores	8.142.914,19	8.061.669,04
	10.347.605,51	10.773.187,08
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total do Capital e Passivo	500.202.263,60	615.255.906,81

Conta de Exploração Previsional – 2020/21

	2020	2021
Proveitos		
Rendimentos	479.787,19	5.183.273,14
Juros e Ganhos Equiparados	8.982.846,98	0,00
Ganhos em Ops. Financeiras	2.401.738,14	0,00
Penalizações p/ Incumprimento	369.803,68	369.803,68
Transferências do FGCT	5.808.293,21	0,00
	18.042.469,20	5.553.076,82
Custos		
Comissões e Taxas	70.000,00	86.571,37
Juros e Custos Equiparados	6.514.394,49	0,00
Perdas em Ops. Financeiras	3.855.697,90	0,00
Impostos	31.419,75	35.000,00
Outros		
Auditoria	20.000,00	25.000,00
Comissão De Gestão	40.000,00	40.000,00
Custos de Cobrança	473.359,53	482.826,72
	11.004.871,67	669.398,09
Resultado Líquido	7.037.597,53	4.883.678,72